**UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ALIFEN ALVES LACERDA

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR COMO FILTRO PROCESSUAL

**JUAZEIRO DO NORTE-CE
2021**

ALIFEN ALVES LACERDA

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR COMO FILTRO PROCESSUAL

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Luis José Tenório Britto

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2021

ALIFEN ALVES LACERDA

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR COMO FILTRO PROCESSUAL

**Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de
Curso de ALIFEN ALVES LACERDA**

Data da Apresentação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Luis José Tenório Britto

Membro:

Membro:

JUAZEIRO DO NORTE-CE

202

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR COMO FILTRO PROCESSUAL

Alifen Alves Lacerda¹
Luis José Tenório Britto

RESUMO

O presente trabalho buscou enfatizar a investigação preliminar na esfera Penal, fazendo dessa um filtro para o Processo em si. Sendo um procedimento administrativo, o qual se deve atentar ao princípio da eficiência, para que possa extrair apenas o necessário para a próxima fase da persecução penal, sendo muito importante o cumprimento de todos os prazos previstos na legislação. A mencionada análise consiste em uma pesquisa bibliográfica descritiva, abordando de forma qualitativa e quantitativa, buscando resultados pelo meio de coleta de dados sem instrumentos formais sobre o tema, no intuito de conduzir profissionais das ciências jurídicas, sociais e afins, acadêmicos e leitores em geral a uma visão mais ampla sobre o assunto. Embora a investigação processual em discussão seja frequentemente classificada como um referencial teórico, a investigação policial necessita urgentemente de revisão constitucional, antes de mais nada, deve ser amparada pelo princípio da presunção de inocência e da subordinação das infrações penais.

Palavras Chave: Investigação preliminar. Filtro Processual. Princípio da eficiência.

ABSTRACT

The present work sought to emphasize the preliminary investigation in the Criminal sphere, making this a filter for the Process itself. As an administrative procedure, which must pay attention to the principle of efficiency, so that it can extract only what is necessary for the next phase of the criminal prosecution, it being very important to comply with all deadlines provided for in the legislation. The aforementioned analysis consists of a descriptive bibliographic research, approaching qualitatively and quantitatively, seeking results through data collection without formal instruments on the subject, in order to lead professionals in legal, social and related sciences, academics and readers in general to a broader view on the subject. Although the procedural investigation under discussion is often classified as a theoretical framework, the police investigation urgently needs a constitutional review, above all, it must be supported by the principle of the presumption of innocence and the subordination of criminal offenses.

Keywords: Preliminary investigation. Procedural Filter. Efficiency principle.

1 INTRODUÇÃO

A investigação preliminar é muito importante para toda a persecução penal, sendo um procedimento administrativo o qual tem a finalidade de buscar autoria e materialidade do delito.

---

¹ Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio/Unileão
alifenalves@hotmail.com

O delegado de polícia, autoridade que preside as investigações, deve sempre fazer um trabalho com bastante eficiência, impedido disso ou feito sem a eficácia necessária pode causar danos irreparáveis na vida do investigado, decorrente disso esse ser considerado réu em uma futura demanda judiciária.

Levando a um processo, na maioria das vezes, moroso do Poder Judiciário, sendo que poderia ter sido resolvido com uma investigação bem realizada. Diante dessas falhas tornar-se o réu em um indivíduo do sistema carcerário, o qual já está bastante degradado pela superlotação dos estabelecimentos prisionais.

Investigações mal sucedidas podem levar ao não êxito dos elementos de informação necessários ou divergente dos verdadeiros fatos praticados, sendo-os bastante importantes para o curso da persecução penal.

Buscou quais são os impactos da investigação preliminar sendo essa um filtro para o processo penal. Analisou o modelo de investigação preliminar como filtro processual, para evitar ações infundadas. Observou o princípio da eficiência dentro do procedimento administrativo. Identificou quais os problemas que levam os inocentes a serem réus em processos infundados.

Diante disso, sabendo que as investigações são procedimentos administrativos, devem-se serem pautadas em vários princípios, sendo um dos mais importantes para tal o da eficiência, o qual será estudado na pesquisa.

A mencionada análise consiste em uma pesquisa bibliográfica descritiva, abordando de forma qualitativa e quantitativa, buscando resultados pelo meio de coleta de dados sem instrumentos formais sobre o tema, no intuito de conduzir profissionais das ciências jurídicas, sociais e afins, acadêmicos e leitores em geral a uma visão mais ampla sobre o assunto.

2 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

O instituto investigação preliminar é anterior a fase processual, a qual busca apurar a autoria e materialidade do fato aparentemente ilícito. O termo citado é uma espécie, que engloba gêneros como: Comissão Parlamentar de Inquérito, Inquérito policial e dentro outros tipos de investigação.

Aury Lopes Junior (2020, p. 137) diz que “(...) o inquérito não é necessariamente policial”. Para o autor é possível que outras autoridades possam investigar, como por exemplo o Ministério Público.

O termo investigação preliminar é mais correto ser explorado, pois se formos falar em inquérito policial, iríamos com essa nomenclatura restringir o campo de atuação das

autoridades competentes para tal fase.

Uma das principais características da investigação preliminar é buscar elementos de informação para evitar ações infundadas para os investigados, sendo essa tratada como **FILTRO PROCESSUAL** para o processo em si.

Aury Lopes Junior (2020, p. 136) nos explica que: “(...) Filtro processual: a investigação preliminar serve como filtro processual para evitar acusações infundadas, seja porque despidas de lastro probatório suficiente, seja porque a conduta não é aparentemente criminosa. O processo penal é uma pena em si mesmo, pois não é possível processar sem punir e tampouco punir sem processar, pois é gerador de estigmatização social e jurídica (etiquetamento) e sofrimento psíquico. Daí a necessidade de uma investigação preliminar para evitar processos sem suficiente *fumus commissi delicti*”.

Conforme apresentado, a delegacia de polícia é a verdadeira dona das investigações criminais e não está subordinada a juízes e promotores. Como essa parte atua na elucidação de crimes, ela deve coletar evidências, exigir conhecimentos profissionais e outras funções. O profissional tem a responsabilidade de trabalhar com imparcialidade e cautela para garantir os direitos da pessoa sob investigação.

3 INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NO BRASIL

O modelo inicial de investigação adotado pelo Brasil leva em consideração a dificuldade de controle, a existência de autoridades devido à distância e diferenças regionais, e a investigação é conduzida por autoridades policiais e não por juízes investigadores.

Podemos nos perguntar por que o setor público não adota o modelo de investigação e veremos que essa instituição também é falha. Como resultado, a Lei de Processo Penal previu inclusive a imagem de promotor de "caso especial" nos artigos 419 e 448, dispositivos esses abolidos pela Constituição de 1988.

Ainda em termos de história, é necessário destacar o fato de que o Ministério de Relações Públicas avançou muito na Constituição de 1988, mas não na polícia judiciária.

A garantia dada aos juízes de paz e ao Ministério dos Assuntos Públicos não é dada aos representantes da polícia que, embora tenham as atribuições constitucionais de orientação da polícia judiciária, perderam alguns dos seus importantes atributos à medida que o controle externo se torna mais forte.

Esses fatos terão impacto sobre o tema deste estudo, pois é a necessidade de controle que faz com que a investigação passe cada vez mais de investigações informais para investigações limitadas com firma reconhecida. De acordo com as recomendações da Lei de

Processo Penal, as autoridades policiais darão mais atenção à regularização da investigação e à saída do escritório para ir ao local do crime.

Nesse contexto, os legisladores optaram a priori por separar o judiciário da função investigativa, considerando que o custo de recursos públicos para manter o modelo de tribunal de ensino é muito elevado e distante da realidade. Tornando o desempenho do estado muito fraco e fácil de enganar os juízes. Portanto, ao enfrentar ofensas criminais, o judiciário geralmente permanece inerte antes de receber uma reclamação, a fim de obter um julgamento mais justo e ficar longe do clamor público.

3.1 PRINCÍPIOS DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

Baseado em algumas doutrinas, encontramos princípios fundamentais e primordiais para a investigação preliminar.

3.1.1 Princípio da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade humana é um dos fundamentos da democracia e do Estado de direito (art. 1º, III da CR). A expressão kantiana mostra que o homem não pode ser considerado como um meio ou ferramenta, mas apenas como um fim em si mesmo. De acordo com o princípio da dignidade humana, todos devem ser tratados com igual dignidade (princípio da igualdade).

É um princípio basilar da pessoa humana, o qual visa proteger o indivíduo de atos ilícitos e ilegais de agentes públicos.

Esse princípio está explícito na Constituição Federal do Brasil, com fulcro no art. 1º, III da carga magna citada.

No contexto do processo penal democrático, o processo penal (democrático) existe para proteger os indivíduos de punições arbitrárias e injustas. É necessário afirmar que o indivíduo (acusado ou investigado) é parte vulnerável na relação do contencioso criminal. O que precisa ser protegido é o indivíduo do poder punitivo do Estado, e não o contrário. Da mesma forma, a proteção dos direitos e garantias fundamentais e da liberdade deve limitar e derrotar os poderes punitivos do Estado.

3.1.2 Princípio da eficiência

Princípio muito importante na investigação preliminar, pois essa fase é um procedimento administrativo, e na Constituição Federal brasileira podemos observar os principais princípios da administração pública, dentre eles encontramos o princípio da eficiência, o qual busca a maior efetividade nos atos praticados pelos agentes executores.

A realização de atividades de investigação criminal como parte das garantias de segurança estipuladas no Artigo 1º é do interesse do público, da sociedade e do Estado. O artigo 6º da Constituição Federal, bem como a tutela e proteção dos direitos individuais no artigo 5º, têm por objetivo determinar as circunstâncias de fato e a identidade do autor para fundamentar as disposições jurisdicionais no processo penal.

Continuar a estudar as investigações criminais constitucionais e as investigações policiais como instrumento de garantia dos direitos fundamentais e tratar de forma adequada os fundamentos da dignidade humana e os princípios do Estado no exercício da administração pública. Depois, podemos continuar a estudar as garantias constitucionais no âmbito das ações de investigação criminal em investigações policiais.

Assim, esta disponibilização da investigação criminal deve ser realizada com o apoio do princípio da eficácia, de forma a utilizar eficaz e rapidamente todos os meios disponíveis para atingir os seus objetivos, cumprir os prazos legais, e não adiar desnecessariamente a investigação. Atividade.

3.2 ASPECTOS GERAIS DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR POLICIAL E SUAS PROBLEMÁTICAS

De um modo geral, a investigação preliminar tem perdido importância no meio jurídico, pois o setor público ganhou proteção e estrutura e passou a menosprezá-la, dizendo que ela não é causada apenas por um procedimento administrativo desnecessário, o que significa que quem lê apressadamente, esta é uma forma inútil.

O setor público passou a utilizar agentes sem o devido preparo para as investigações, como no caso da polícia superficial, com isso a polícia judiciária é abandonada pelos gestores, os crimes aumentam e também surge a sensação de impunidade.

Fala-se muito em desburocratizar as investigações, mas poucos falam em flexibilizá-la, pois esse tipo de discussão sempre permeia interesses corporativos, pois inevitavelmente significa dar mais poder e arbítrio à polícia. Assim como na recente sugestão de representantes tomam medidas de proteção de emergência em casos de violência doméstica.

Existe um chamado ponto de vista do fiador, principalmente para o réu, mas quase nunca

para a vítima. Ignora o fato de que, na era atual, as autoridades policiais recebem o mesmo treinamento jurídico que os juízes e promotores, além do treinamento policial que os habilita a praticar seu comportamento. Portanto, todas as medidas preventivas devem entrar no sistema de justiça criminal por meio do judiciário e do setor público, o que quase sempre consome muito tempo e se torna ineficaz devido a essa burocracia.

Porém, mesmo assim, ainda acreditamos que nosso modelo de investigação preliminar seja o mais adequado, não só por suas tradições jurídicas formais, mas também pela estrutura do país, simplesmente corrigindo eventuais deficiências, melhorando os investimentos e fazendo alterações, como neste artigo sugerido.

Um dos procedimentos utilizados nas investigações preliminares adotadas no Brasil é o inquérito policial, do qual se destacou o autor Paul Rangel em sua doutrina (páginas 64 e 65 do Código de Processo Penal 6ª edição): “O inquérito policial, portanto, é um conjunto de ações desempenhadas pelas funções executivas do Estado, e tem como escopo determinar a identidade e importância do autor de uma infração penal (no crime que deixa vestígio permanente), e dotar o Ministério Público dos elementos necessários para permitir a execução de processos penais.”

Segundo Capez (2012, p.117-119), o instrumento mais comum para a investigação criminal é a investigação policial, que apresenta as seguintes características: Procedimento escrito: Considerando a finalidade da investigação, a existência de investigação é inimaginável. Em vista disso, todas as partes do inquérito policial serão escritas ou digitadas, caso em que serão rubricadas pelas autoridades. (Estipula o artigo 9º do CPP).

Entende-se que, uma vez que a polícia receba a notícia de um crime, deve iniciar uma investigação sobre a identidade e importância do autor por meio de um inquérito policial, para formalizar várias atividades típicas da polícia, o que em muitos casos não é viável. Uma situação causada pela insuficiência de policiais judiciais para um grande número de crimes. Portanto, é óbvio que a polícia investigou todos os boletins de ocorrência registrados e seus agentes acabaram de cumprir esse procedimento e não podem tirar conclusões.

Uma vez que os aspectos gerais das investigações criminais foram antecipados, a lei deixa pouco espaço para isso e quase sempre faz com que as autoridades policiais tomem medidas para iniciar as investigações policiais. Mesmo que seja infundado, não está em conformidade com os princípios gerais de administração pública e mina a presunção de inocência. Faz com que os cidadãos sejam ilegalmente restringidos pelo Estado.

Nesse sentido, todo ato administrativo, principalmente de investigação criminal, deve ser motivado e ter uma base mínima para evitar abusos por parte do Estado. Vale ressaltar que alguns pressupostos, como chamadas para interceptar chamadas com base em inquéritos

infundados, ou audiências de testemunhas com base em denúncias anônimas, resultados de investigação de fatos inusitados e outros casos que violam o princípio da motivação.

Considerando que, quando a polícia instaura uma investigação, apenas o magistrado pode decidir instaurá-la, ao mesmo tempo, a delegacia está inundada de inquéritos não resolvidos, o que acarreta custos para as finanças públicas e até prejudica a investigação e investigação de crimes que colocam a sociedade em risco. Novos passos foram dados muitas vezes para encontrar novas evidências. No entanto, não há solução. O ciclo de investigação foi ligeiramente estendido, resultando em um tempo de investigação lento e causando alguma dor para aqueles que aguardam a resposta do país.

Ao estabelecermos procedimentos padronizados relacionados às chamadas fontes de informação ou VPIs, estaremos mais atentos aos casos em que os policiais judiciários têm maior chance de obter autoria e importância, ao invés de nos preocuparmos com o boletim de ocorrência seguido do parecer do Ministério da Relações Públicas e, finalmente, a decisão de apresentação do tribunal. Isso não inclui as várias etapas tomadas para cumprir as formalidades.

De acordo com o princípio da eficiência, é preciso perceber que é impossível obter resultados positivos em todos os casos, principalmente em crimes contra o patrimônio no centro das grandes cidades, e não há polícia para investigar tantos crimes. Essa constatação pode ser feita durante a verificação da fonte das informações.

Diante disso, o sistema de investigação do Brasil tem encontrado graves problemas, pois o estabelecimento de inquéritos policiais não tem filtros, resultando em burocracia e baixos índices de criminalidade. Nesse sentido, a verificação da regulação das fontes de informação (VPI) é interessante, pois pode proporcionar maior eficiência aos serviços públicos.

4 O INQUÉRITO POLICIAL COMO FILTRO DA JUSTA CAUSA PROCESSUAL PENAL

Terminada a investigação policial, as regras estabelecidas no Artigo 1, parágrafo 1. O artigo 10 da Lei de Processo Penal exige que as autoridades policiais informem detalhadamente as investigações e submetam o caso ao tribunal competente. Confie nas regulamentações do art. 11. O mesmo diploma de lei, instrumentos criminais e prova de interesse devem ser acompanhados de autos de investigação. Se a violação for tratada por meio de processo criminal público incondicional, o juiz examinará a agência acusadora e, se aplicável, a agência apresentará uma queixa.

Para que as denúncias iniciais sejam recebidas, além de estarem contempladas nas condições do litígio, devem ser atendidos os requisitos do art. 1º. Artigo 41 do CPP18. Caso

contrário, considerando o conteúdo da arte, a situação será uma rejeição da palavra inicial.

Cumpridos os requisitos legais, será recebida denúncia, marcando o início do processo penal. No entanto, deve-se destacar que entre o final da fase de investigação e o início do processo, ocorre uma fase intermediária, fruto da construção teórica, cujo objetivo principal é filtrar alegações infundadas. Em um importante momento processual, o magistrado, com base nas informações coletadas durante o inquérito policial, faz um julgamento de pré-admissibilidade sobre as alegações bizarras (LOPES JUNIOR; GLOECKNER, 2014)

Diante disso, dada a relevância das fases investigadas, as percepções intermediárias discutidas não podem ser resumidas como "puros resultados burocráticos e convencionais da investigação", como advertiu Rossi (1995, p. 394). Diante de uma situação típica de desprezo maligno, esta é a expressão criada pela filósofa alemã Hannah Arendt no livro "Eichmann de Jerusalém: Um Relato do Mal da Mediocridade".

Diversos não insere os antecedentes do inquérito preliminar, especialmente no que se refere ao inquérito policial e suas consequências naturais, incluindo as etapas intermediárias já mencionadas. Basta estar atento aos comportamentos seguidos na prática do tribunal ao receber uma reclamação. A aplicação indiscriminada da tese dispensa o atendimento dos motivos do despacho de recebimento da denúncia inicial.

O principal argumento citado pelo Pretório é que o recibo original não atende aos requisitos artísticos. Item 93 da CF / 88 Item IX, pois afetam apenas comportamentos que possuem conteúdo decisório. Portanto, a lógica do tribunal é que, dado que a ordem de recebimento de uma reclamação não é de natureza decisória, não há necessidade de fundamentação.

No entanto, ao contrário do que implica a posição da jurisprudência dominante, o momento processual em que a passagem é admissível não é apenas um ato impulsivo. Diferentes interpretações ignoram o fato de que, nesta fase, os magistrados devem direcionar suas percepções para analisar as (inexistência) condições para a prática de atos criminosos, especialmente a existência de evidências mínimas sobre o autor e a importância do crime (Razões de justiça). Sendo o segundo momento que pode desencadear o processo criminal, ou seja, o elemento da fase judicial (LOPES JUNIOR; GLOECKNER; 2014)

No entanto, é preciso alertar que o magistrado precisa enfatizar os motivos pelos quais a reclamação deve ser aceita, o que, muitas vezes, suscita críticas, ou seja, qualquer linguagem excessiva levantará dúvidas sobre o favoritismo do próprio juiz. Nessa perspectiva, há um claro conflito entre os termos artísticos. CFB / 88 O artigo 93, inciso IX (Motivos do Requerimento de Decisão Judicial) e o princípio da justiça, baseiam-se no texto Magnum. Procure resolver

este conflito.

Portanto, as plantas daninhas focais devem ser atendidas para fundamentar a necessidade de fundação, até porque o princípio da presunção de inocência definido por Lopes Junior (CF / 88, Art. 5º, inc. LVII) (2019, nº 97) favorece o réu. Como um “princípio do processo penal”, não cumpre qualquer relevância.

Portanto, deve-se ressaltar que não compete exclusivamente às autoridades judiciárias analisar a existência de motivos justificáveis nos elementos que acompanham os inquéritos policiais. Em outras palavras, a promotoria avalia a possibilidade e a importância de se as conclusões da investigação levaram a um crime antes de registrar uma queixa. Ou seja, embora o início do inquérito policial só precise de julgar a possibilidade dos fatos, é um crime em tese (exceto para identificar os possíveis autores), o exercício e o reconhecimento do processo penal carecem de maior certeza, porque não é um absoluto (porque precede a frase e o próprio processo), por isso é chamado de probabilidade.

Em vista disso, se as informações obtidas durante a investigação preliminar se revelarem frágeis e não permitirem aumentar as provas, então o procedimento será instaurado de acordo com o art. 28 do CPP é uma medida a ser implementada.

Portanto, o Ministério de Relações Públicas não pode registrar uma reclamação sem um motivo válido. No entanto, se o Ministério Público ainda optar por fornecê-lo, o magistrado deve rejeitá-lo com base no art. O Partido do Povo não foi condenado por três acusações de 395 e está condenado ao fracasso. Da mesma forma, as autoridades policiais não devem implementar procedimentos de investigação com o objetivo de investigar fatos claramente atípicos, como fatos relacionados a crimes triviais.

Caso contrário, se as autoridades públicas acima mencionadas (representantes da polícia, membros do Ministério de Relações Públicas e juízes de paz) não aplicarem qualquer filtro constitucional em suas ações, serão como Eichmann, apenas agindo como "seguidores da ordem", ou seja, há escolhas que não as compreendem. E as consequências das decisões, porque quase sempre partem de razões de “apenas cumprir a lei”; como todos sabemos, esta lei é autoritária (MACHADO, 2018).

4.1 A JUSTA CAUSA E A TRAGÉDIA DOS COMUNS

Além do custo pessoal do processo criminal como fator que leva à dor, sofrimento e estigma precoces, não se pode ignorar o alto custo social por trás disso. Isso significa que, de acordo com o Rosário (2020, p. 69), “o processo penal não vai aumentar, ou seja, vai custar

dinheiro”. Por exemplo, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo (2015), Lewandowski destacou que cada preso gastava cerca de R \$ 2.500 no sistema prisional, o que equivalia ao custo total mensal de R \$ 1,4 bilhão na época.

No contexto deste trabalho, tendo em vista a constatação de que “o castigo não é de graça”, foi extraída a ideia da chamada “tragédia dos comuns”. Como disse Rosa (2020 p. 70), é “uma armadilha social com fundo econômico, que envolve o paradoxo entre interesses pessoais ilimitados e o uso de recursos limitados”.

A relação entre a tragédia dos comuns e o sistema de justiça criminal foi primeiro confirmada por causa dessa crença, porque o início do processo penal não significa que, obviamente, a agência de acusação pague qualquer preço para fornecer um terreno fértil para os abusadores. O facto de o Ministério dos Assuntos Públicos exercer o direito de litígio é comprovado em inúmeros pedidos triviais emitidos todos os dias (ROSA, 2020, p. 70).

Para o efeito, a fim de evitar abusos e gastos desnecessários, antes de instaurar o processo, o Ministério Público deve verificar se as informações geradas na fase de investigação se enquadram nos motivos legítimos da autorização para instaurar um eventual processo penal. Portanto, a importância da investigação policial como filtro é que, como ensina Rosa (2020, pág. 72), “as comparações entre custos / benefícios sociais precisam estar sempre em pauta, inclusive na análise de justificativas”.

Caso contrário, o sistema de justiça criminal ficará sobrecarregado, pois permitirá que ações de maior impacto social coexistam com inúmeras outras causas secundárias, prejudicando a eficiência e a credibilidade do mesmo sistema.

4.2 JUIZO COMPETENTE PARA APRECIACÃO DA JUSTA CAUSA PROCESSUAL PENAL E INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 13.964/2019

Acolhendo as antigas reivindicações da doutrina nacional, a Lei nº 13.964 / 2019, comumente conhecida como o “pacote anticrime”, inovou ao incluir a garantia da imagem do juiz no Direito Processual Penal Brasileiro (arts. 3º-B a 3º-F).

As autoridades são responsáveis, de acordo com o art. CPP 3º-B, “Com o objetivo de fiscalizar a legalidade das investigações criminais e resguardar os direitos individuais, sua franquia foi reservada para prévia autorização do poder judiciário”. A jurisdição do juiz patrocinador é limitada à fase de investigação e continua até que a reclamação ou reclamação seja recebida (CPP, art. 3º-C).

Portanto, cabe a ele analisar a existência dos pré-requisitos para a admissibilidade do

recurso. Se os elementos de informação gerados no inquérito policial que acompanham a denúncia inicial não possuem as evidências mínimas da identidade e importância (motivos justificados) do autor do crime e se mostrem frágeis, o magistrado recusará a denúncia. No sentido inverso, se se considerar que a denúncia possui todos os pré-requisitos necessários para sua admissibilidade, o juiz patrocinador receberá a denúncia e o processo será encaminhado ao Juízo de instrução naquele momento.

Ao discutir a importância da inclusão de garantias pelo juiz no processo penal brasileiro, Lopes Junior (2020, p. 211) afirmou que se tratava de uma medida destinada a evitar “condenações baseadas apenas em condutas investigativas”. No entanto, em 2020, o Ministro do STF Luiz Fux suspendeu indefinidamente a validade das regras de constituição de juízes garantidores da Lei nº 13.964 / 2019. A questionável proibição foi emitida no contexto da Ação Direta Inconstitucional (ADI) n. 6298, 6299, 6300 e 6305, até o momento, encontra-se pendente de referendo em plenário.

Portanto, embora o plenário do tribunal não tenha analisado a matéria, o regime anterior à promulgação da Lei nº 13.964 / 2019 permanecerá, ou seja, o mesmo juiz que atuou na fase de instrução também atuará na fase processual; ele avaliará a investigação que o acompanha. Os elementos estão incluídos nos fundamentos legítimos do processo penal.

4.3 CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS DA EXISTÊNCIA DE UM INQUÉRITO POLICIAL INSTRUÍDO SEM JUSTA CAUSA

Dentre as inovações trazidas pela Lei nº 13.964 / 2019, a instituição do Acordo de Não Perseguição de Direito Penal (ANPP) traz disposições no art. 28-A da Lei de Processo Penal (CPP). Uma vez que as normas de inscrição estipulam que a ANPP não é idônea para ajuizamento, esta não pode conceder os benefícios acima quando o inquérito policial desencadeado não tiver justificativa. De acordo com a ordem lógica, os benefícios acima não podem ser concedidos. Essa suposição implicará com acerto; para o réu medidas favoráveis.

Noutra perspectiva, de acordo com o que dispõe os arts, a propositura da ação penal sem motivo justificável autoriza o indeferimento preliminar da reclamação. 395, III, CPP. Em vista disso, o Ministério Público poderá interpor recurso em sentido estrito, de acordo com o disposto no Artigo 1. 581, eu, CPP. Entende-se, porém, que se a recusa se fundamentar na falta de provas mínimas de autoria e importância, haverá novo julgamento formal, desde que, naturalmente, o Ministério da Relações Públicas não tenha interposto recurso. Portanto, com os novos elementos, não há empecilho para registrar novamente uma reclamação (LOPES JUNIOR,

2019).

Por fim, não há como ignorar a regulamentação contida no art. CPP's 648, I, acredita que a coerção é ilegal sem motivos justificados, de modo que o habeas corpus pode ser tratado como uma ferramenta de ataque incidental. Essa ferramenta pode encerrar uma investigação policial e pode até ser um processo sem justificativa. Sobre o assunto, o Tribunal Superior apurou que a suspensão das investigações policiais por meio de habeas corpus é uma medida especial que se aplica apenas a “evidências claras da anormalidade do comportamento e da incidência dos motivos de extinção. Punição ou falta de evidência de autoria ou materialidade.”

Portanto, se as autoridades ignoram a importância das investigações preliminares como filtro e conduzem as ações penais infundadas, a proteção do habeas corpus desempenha um papel importante na prevenção de possíveis abusos. Vale lembrar que a lei do abuso de poder (Lei 13.869/2019), em seu art. 30. Fica estipulado que a prática do crime, além da multa, também pode ser detida por 01 (um) a 04 (quatro) anos, sendo o ato do agente que instaurar processo penal sem motivo justificado ou contra o inocente, desde que seja para prejudicar outrem Ou para fins específicos em benefício próprio ou de terceiros, ou ainda por capricho ou satisfação pessoal. (art. 1º, §1º).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da investigação policial é que o procedimento investigativo em discussão evite acusações criminais infundadas. Portanto, não se pode ignorar sua importante função de filtro do processo penal, ideia intimamente ligada ao conceito de justa causa.

Tradicionalmente, entende-se por justificação que, além de apontar seus possíveis autores, existe também o suporte mínimo de evidências que pode evidenciar a prática de crimes. Além disso, considerando o grave potencial das ações do Estado que podem restringir os direitos e garantias básicas das pessoas, como a liberdade, a causa da justiça revela outro aspecto importante, que está relacionado ao caráter fragmentado da intervenção criminal. Portanto, a responsabilidade das autoridades (representantes da polícia, promotores e juízes) é avaliar se há uma proporção significativa entre os elementos de legitimidade de um processo criminal e os custos sociais e pessoais por trás dele na hora de agir.

Seguindo a mesma linha de pensamento, se os fatos não forem típicos na forma e / ou substância, como fatos relacionados a crimes triviais, as autoridades policiais não devem considerar a abertura de investigações policiais. Da mesma forma, se não houver nenhuma evidência para apontar qualquer autor do crime e possibilidade substantiva, ou mesmo se o

comportamento criminoso do agente tiver sido eliminado, qualquer investigação criminal conduzida se revelará infundada e ilegal porque carece de justificativa.

Por sua vez, a agência de acusação deve avaliar a probabilidade e a importância (causa justificada) de se as conclusões da investigação levam a um crime antes de registrar uma queixa. Caso contrário, deve se esforçar para apresentar o contrato em forma artística. Artigo 28 do CPP. No entanto, se Parquet ignorar a necessidade de apoiar a reclamação de instrução com as evidências mínimas acima, o caso rejeitará o exordial de acordo com o Artigo 1. 395, III, CPP.

Além disso, tendo em vista a relevância do assunto, a decisão de aceitar a reclamação na fase intermediária deve ser devidamente verificada, indicando que há uma suposição de admissibilidade, especialmente por motivos processuais, sob nulidade da pena.

Diferentes entendimentos não apenas revelam o papel catastrófico desempenhado por diferentes atores no processo criminal no contexto de aumento da dor e estigma precoce, mas também destacam o abuso do poder de contencioso por parte do Ministério Público.

Afinal, os princípios constitucionais da presunção de inocência que se aplicam às etapas pré-processuais e processuais orientam a suspeita sempre a favor do réu. Assim, se as provas recolhidas na fase de investigação se revelarem frágeis e houver sérias dúvidas sobre a prática da infração penal ou mesmo sobre o possível autor, o Ministério dos Assuntos Públicos não tem o direito de fazer qualquer acusação porque não há justificção.

Na outra direção, é preciso também tirar conclusões: embora muitas vezes se afirme que as investigações são dispensáveis, a realidade empírica aponta na direção oposta, ou seja, a maioria dos processos penais instaurados no Brasil se baseia em condições pré-existentes, que é exatamente o que disse a investigação policial. Portanto, embora a investigação processual em discussão seja frequentemente classificada como um referencial teórico, a investigação policial necessita urgentemente de revisão constitucional, antes de mais nada, deve ser amparada pelo princípio da presunção de inocência e da subordinação das infrações penais.

Caso contrário, como resultado de políticas criminosas autoritárias, a repetição excessiva e acrítica da curiosidade e das práticas puramente burocráticas, infelizmente, continuará a ser a regra.

REFERÊNCIAS

ANÍBAL, Felipe. **Delegados são punidos por soltar ladrões insignificantes**. Gazeta do povo, 2014.

CAFFERATA, José Nores; AROCENA, Gustavo Alberto. **Temas de derecho procesal penal** (contemporáneos). Córdoba: Mediterránea, 2001.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**, volume 1, parte geral : arts. 1º a 120. 25 ed [on-line]. São Paulo: Saraiva, 2018.

CHOUKR, Fausi Hassan. **Garantias Constitucionais na Investigação Criminal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte geral** (arts. 1º ao 120). 8 ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral: artigos 1º a 120 do código penal**. 19ª ed. Niterói: Impetus, 2017.

JARDIM, Afrânio Silva; AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho de. **Direito Processual Penal: estudos, pareceres e crônicas**. 15 ed., Salvador : Editora Juspodivm, 2018.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal: volume único**. 8ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 17ª ed [on-line]. São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

LOPES JUNIOR; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação Preliminar no processo**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACHADO, Leonardo Marcondes. **Manual de Inquérito Policial**. 1ª Ed. Belo Horizonte: CEI, 2020.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 28 ed [on-line]. São Paulo, Atlas, 2020.

ROSA, Alexandre Morais da. **Guia do Processo Penal conforme a teoria dos jogos**. 6. ed. Florianópolis: Emais, 2020.

ROSSI, Jorge Eduardo Vazquez. **Derecho procesal penal**. Imprenta: Buenos Aires, 1995.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 4 ed., Salvador: Editora jusPODIVM, 2010.

APÊNDICES

(Material construído pelo pesquisador, tais como termos, documentos, instrumento de coleta de dados, imagens...)

APÊNDICE A
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO
PROJETO DE PESQUISA (TCC I) DO CURSO DE

Eu, _____, professor(a) titular do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO, orientador(a) do Trabalho do aluno(a) _____, do Curso de _____, **AUTORIZO** a **ENTREGA** da versão final do Projeto de Pesquisa do aluno supracitado, para avaliação desta Instituição durante a Mostra de Projetos, uma vez que o mesmo foi por mim acompanhado e orientado, sob o título _____

_____.

Informo ainda que o mesmo não possui plágio, uma vez que eu mesmo passei em um antiplágio.

Juazeiro do Norte, ___/___/___

Assinatura do professor